



**DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA DE FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA
DA CAPITAL.

URGENTE

FP15 23623
Sort 1211121229
19.0001
38.2012.8
41540-38

MARCELA DA SILVA, brasileira, solteira, do lar, portadora da carteira de identidade nº 12.888.819-5, expedida pelo DETRAN, inscrita no CPF sob o nº 092.842.387-57, residente e domiciliada Praia de Botafogo, nº 460, Ap 126, Botafogo, Rio de Janeiro- RJ, CEP: 22250-040, com telefone para contato: (21) 7919-9080/71996909 vem, por intermédio da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, propor

**AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER
COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA**

em face de MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (CNPJ nº 42498733/0001-48) e ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CNPJ nº 42498600/0001-71), pessoas jurídicas de direito público, por seus representantes legais, pelos fatos e fundamentos que ora passa a aduzir:

1. DO PATROCÍNIO PELA DEFENSORIA PÚBLICA.

Inicialmente, afirma, ciente das cominações legais, ser juridicamente



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital

necessitada, eis que não possui condições financeiras de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízos do próprio sustento ou de sua família, razão pelo qual faz jus à gratuidade de justiça, nos termos do artigo 4º da Lei nº 1060/50 com as modificações introduzidas pela Lei nº 7510/86, indicando desde já a Defensoria Pública do Rio de Janeiro para o patrocínio de seus interesses.

2. DOS FATOS.

A Autora é portadora de INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA (CID N18.0), HIPERPARATIREOIDISMO SECUNDÁRIO GRAVE (CID N25.8), necessitando do medicamento indicado abaixo, conforme laudo e receituário médicos anexos:

1- MIMPARA 30MG-TOMAR 01 COMPRIMIDO À NOITE.

A Autora, embora necessite do referido medicamento, não tem condições de arcar com a despesa de compra do mesmo.

É notório que, caso não seja iniciado imediatamente o fornecimento do medicamento acima descrito, a Autora pode vir a sofrer graves complicações em seu estado de saúde.

Contudo, os Réus não têm fornecido o referido medicamento imprescindível à manutenção à saúde da Autora, mediante distribuição gratuita, em contrariedade às regras e princípios constitucionais em relação à ordem social.

3. DO DIREITO À SAÚDE PÚBLICA.

A Constituição de 1988, ao cuidar da ordem social, assegurou a todos os indivíduos o direito à saúde, estipulando o correlato dever jurídico do Estado de prestá-la, consoante dispõe o artigo 196 da CRFB/88. Trata-se de verdadeira garantia fundamental atípica, direito constitucional de segunda geração, eis que impõe ao Estado uma prestação positiva, consistente em um *facere*.



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital

A saúde, muito embora venha assegurada fora do rol exemplificativo do artigo 5º da Constituição Federal, é garantia de extrema importância, posto que sua pedra angular é o próprio Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, o qual não apenas consiste em um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, como consagra expressamente o artigo 1º, inciso III, da CRFB/88, mas também caracteriza o cerne axiológico de todo ordenamento jurídico constitucional.

Verifica-se, assim, a manifesta existência de um dever jurídico primário do Estado, a ser cumprido pelos três centros de competência: a prestação da saúde pública.

Note-se que o legislador constituinte não se satisfaz com a mera existência deste serviço; ele deve ser efetivamente prestado, e de forma eficiente.

O Princípio da Eficiência, incluído no rol dos princípios reitores da Administração Pública pela Emenda Constitucional 19/98, é verdadeiro postulado do Princípio Democrático Republicano. Se o titular do Poder é o povo e o Estado organizado é mero gestor da coisa pública, as finalidades a que se destina este ente devem efetivamente ser cumpridas, sob pena de esvaziar-se a própria razão de ser do Estado, que é a promoção do bem-estar social.

Desta forma, não restam dúvidas quanto à existência do dever jurídico estatal de prestar serviços de saúde à população de forma rápida e eficiente, dever este assumido pelos entes estatais, ao organizarem-se e criarem entidades e órgãos destinados à prestação da saúde pública.

4. DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA.

O artigo 273 do Código de Processo Civil prevê a possibilidade



**DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital

5.

de antecipação liminar dos efeitos da tutela jurisdicional pretendida, desde que verossímeis os fatos alegados e existentes o perigo de ineficácia da decisão final de mérito.

No caso em tela, verifica-se a reunião dos pressupostos autorizadores da liminar, senão, vejamos.

O direito da Autora decorre de fatos comprovados de plano, através dos documentos anexos, consistentes no laudo e no receituário médicos, que atestam a urgência do uso do medicamento.

Da mesma forma, é incontestável o perigo da demora, uma vez que, por se tratar de doença gravíssima, o não fornecimento imediato do medicamento pode acarretar em severos prejuízos à saúde da Demandante.

Ademais, a concessão de liminar contra a Fazenda Pública não é restringida na hipótese em exame, uma vez que, conforme jurisprudência assentada nos tribunais, a restrição à medida limita-se aos casos descritos na Lei 8437/92 – de acordo com a Lei 9494/97 – e na Lei 12016/09.

5. DO PEDIDO.

De todo o exposto, a Autora requer a Vossa Excelência :

- a) a concessão da gratuidade de justiça;
- b) a concessão da antecipação dos efeitos da tutela, intimando-se, via Oficial de Justiça, os Secretários Estadual e Municipal de Saúde do Rio de Janeiro para o fornecimento do referido medicamento e, caso não sejam fornecido no prazo de 48 horas, seja determinada a busca e apreensão do mesmo e imposição de multa cominatória diária, no valor de R\$ 1.000,00



S. Gib

**DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Núcleo de Fazenda Pública e Tutela Coletiva da Capital

(um mil reais), nos termos do artigo 461, parágrafo 4º do Código de Processo Civil;

c) a citação dos Réus que ofereçam resposta, sob pena de revelia;

d) a intimação do Ministério Público;

e) o julgamento pela procedência do pedido, com a condenação dos Réus ao fornecimento do medicamento reclamado, ou outros medicamentos, aparelhos e utensílios que a autora venha a necessitar no curso do tratamento, nas quantidades prescritas, em prestações mensais e contínuas por tempo indeterminado;

f) a condenação do Réu ao pagamento de honorários advocatícios em favor do Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (CEJUR/DPGE-RJ).

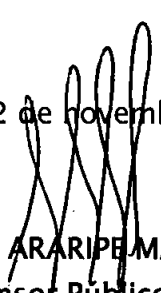
Protesta pela produção de todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente pericial, testemunhal e documental suplementar.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 38.000,00.

Nestes termos.

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2012.


LUIZ INÁCIO ARARIPE MARINHO
Defensor Público
Mat. 816.953-4

S